

LIBERDADE E NECESSIDADE¹

(*Doctrina da Vontade*, de Asa Mahan – Capítulo III)²

Silvério Becker

Doutor em Filosofia pela UFSC

Tradução

No presente texto, vamos considerar a grande e fundamental característica da Vontade, aquela pela qual ela é, em um sentido especial, distinguida de cada uma das outras faculdades mentais, a saber: a Liberdade.

SEÇÃO 1. DEFINIÇÃO DOS TERMOS

Nossa primeira indagação diz respeito ao significado do termo Liberdade conforme é distinguido do de Necessidade. Esses termos não diferem, como se expressassem gênero e espécie; isto é, a Liberdade não designa uma espécie da qual a Necessidade expressa um gênero. Eles, porém, diferem por meio de *oposição*. Todas as definições corretas de termos assim relacionados, possuirão essas duas características: 1. Eles se excluirão, mutuamente, isto é, o que é afirmado de um, será, realmente, negado do outro. 2. Eles serão definidos como sendo universais em sua aplicação. Os termos *correto* e *errado*, por exemplo, diferem um do outro desse modo. À luz de toda definição correta desses termos, ver-se-á com perfeita nitidez; primeiro, que afirmar de uma ação que ela é correta é equivalente a uma afirmação de que ela não é errada; e afirmar que ela é errada, é afirmar que ela não é correta; segundo, que todas as ações morais, reais ou concebíveis, precisam ser corretas, ou erradas. O mesmo ocorre também com todos os termos assim relacionados.

¹ "Liberty and Necessity" é o terceiro capítulo da obra *Doctrine of the Will*, publicada originalmente em 1845. Cf. MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. Oberlin: R. E. Gillet, 1845. Disponível em: *Doctrine of the Will* (gutenberg.org). Acesso em: 25/01/2021. Para a presente tradução o texto utilizado foi: "Liberty and Necessity". In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. Oberlin: James M. Fitch, 1847; pp. 30-83. Disponível em Google Livros. Acesso em: 25/01/2021.

² Algumas informações sobre Asa Mahan (1799-1789), e sua vasta obra de filosofia, podem ser encontradas na apresentação do texto: *A Obrigação é Predicável Somente da Vontade*, publicado na *Revista Veritas*. Cf. MAHAN, Asa. *A Obrigação é Predicável Somente da Vontade*. Trad. Silvério Becker. *Revista Veritas*, v. 67, n. 1: Porto Alegre, 2022. Disponível, em 25/05/2022, em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/41195/27486>

O significado dos termos Liberdade e Necessidade, como distintos um do outro, pode ser indicado por uma referência a duas relações perfeitamente distintas e opostas, que podem ser supostas existindo entre um *antecedente* e um *consequente*:

1. O antecedente sendo dado, é possível que um, e apenas um, consequente possa surgir, e esse consequente *precisa* surgir. Nós designamos essa relação pelo termo Necessidade. Por exemplo, eu coloco meu dedo, sendo meu sistema físico constituído como ele agora é, na chama de uma vela acesa, e o mantenho ali por um determinado tempo. As duas substâncias em contato é o antecedente. A sensação de intensa dor que sucede é o consequente. É universalmente crido que a correlação entre a natureza dessas substâncias é tal que, sob as circunstâncias supostas, é possível que somente um consequente possa surgir, e este consequente precisa surgir; a saber, a referida sensação de dor. Portanto, a relação entre um antecedente assim e seu consequente, nós, em qualquer instância, designamos pelo termo Necessidade. Quando a relação de Necessidade é pressuposta, na presença de um novo consequente, nós afirmamos absolutamente que há um novo antecedente.

2. A segunda relação é esta: o antecedente sendo dado, qualquer de dois ou mais consequentes são igualmente possíveis e, portanto, quando um consequente surge, nós afirmamos que qualquer um dos outros poderia ter surgido em seu lugar. Quando essa relação é pressuposta, a partir do surgimento de um novo consequente, não afirmamos necessariamente a presença de um novo antecedente. Nós designamos essa relação pelo termo Liberdade.

Características das definições acima

Nas definições acima eu observei:

1. Que elas excluem mutuamente uma à outra. Predicar Liberdade de algum fenômeno é afirmar que ele não é necessário. Predicar Necessidade dele, é equivalente a uma afirmação de que ele não é livre.

2. Elas são estrita e absolutamente universais em sua aplicação. Todos os antecedentes e consequentes, independentemente da natureza dos sujeitos que assim possam estar conectados, precisam cair sob uma ou outra dessas relações. Como os termos correto e errado, quando corretamente definidos, expressam a natureza de todas as ações morais, reais ou concebíveis, assim os termos Liberdade e Necessidade, como acima definidos, claramente indicam a natureza da relação entre todos os antecedentes e consequentes, reais ou presumíveis. Tomamos qualquer antecedente ou consequente que quisermos,

real ou concebível, e sabemos absolutamente, que eles precisam sustentar um ao outro com uma ou outra dessas relações; ou em conexão com seu antecedente, do qual esse único consequente é possível, e esse precisa surgir, ou em conexão com o mesmo antecedente, de modo idêntico, do qual um ou mais consequentes diferentes são possíveis, e consequentemente é o que acontece: em possibilidade há graus, mas na realidade não.

3. Todos os fenômenos da vontade, mantendo, como eles fazem, a relação de *consequentes* de motivos considerados como antecedentes, devem cair sob uma ou outra dessas relações. Se dissermos, que a relação entre motivos e atos da Vontade é a de *certeza*, ainda assim essa certeza deve surgir de uma relação necessária entre um antecedente e seu consequente, ou ela precisa ser de uma natureza tal que seja consistente com a relação de Liberdade, no sentido em que o termo Liberdade foi definido acima.

4. As definições feitas acima têm esta grande vantagem para nossas investigações presentes: elas livram, de uma só vez, o assunto da obscuridade e da perplexidade na qual ele muitas vezes está envolvido por definições de filósofos. Eles estão acostumados, em muitos casos, a falar em necessidade física e necessidade moral como se estas fossem na realidade diferentes tipos de necessidade: considerando que os termos moral e físico, em tais conexões, expressam a natureza dos *objetos* mantendo um com o outro as relações de antecedentes e consequentes, e não apenas as *relações* existentes entre eles. É esta, exclusivamente, que é expressa pelo termo Necessidade – um termo que designa a relação que é sempre uma e a mesma, independentemente da natureza dos objetos que possam estar assim relacionados. Um indivíduo, em um tratado de ciência natural, poderia, se ele escolhesse, ao falar das relações antecedentes e consequentes entre substâncias sólidas, líquidas, e gasosas, usar as palavras necessidade sólida, necessidade líquida, e necessidade gasosa. Ele poderia utilizar tantos diferentes termos quanto existem diferentes objetos que mantêm um com o outro a relação sob consideração. Em todos esses casos, nenhum erro surgiria, se se entende claramente que esses termos de qualificação designam, não a natureza da *relação* de antecedente e consequente em algum caso dado (como se existissem muitos diferentes tipos de necessidade como existem diferentes termos de qualificação usados), mas designam a natureza dos *objetos* que mantêm esta relação. Se, por outro lado, se deixa a impressão de que cada um desses termos de qualificação designa uma necessidade de um tipo peculiar, e se, como consequência, a crença que é induzida, é a de que na realidade existem vários tipos diferentes de necessidade, surgiriam erros de caráter grave – erros não mais importantes,

contudo, que os que realmente surgem da impressão, frequentemente induzida, de que a necessidade moral difere da necessidade física em espécie.

5. Eu menciono outra vantagem muito decisiva que as definições acima têm em nossa presente investigação. À luz dos termos Liberdade e Necessidade, como acima definidos, as duas grandes escolas em filosofia e teologia são obrigadas a se colocar diretamente sobre a real questão na diferença entre eles, sem a possibilidade por parte de uma ou de outra, de se refugiar sob o nevoeiro das definições sobre necessidade moral, necessidade física, certeza moral etc., e então reivindicar vitória sobre seus oponentes. Esses termos, como acima definidos, se destacam com perfeita clareza e distinção para todas as mentes reflexivas. Todos precisam ver, que os fenômenos da Vontade não podem senão cair sob uma ou outra das relações designadas por esses termos, visto que uma terceira relação diferente de ambas, em espécie, não é concebível. A questão, portanto, pode ser colocada claramente para qualquer indivíduo, sem a possibilidade de má compreensão ou evasão: Tu acreditas que sempre que um homem realiza um ato da Vontade, que naquelas circunstâncias, somente esse único ato é possível, e esse ato não poderia senão ocorrer? Em todos os atos proibidos, por exemplo, tu acreditas que um indivíduo, pela irresistível providência de Deus, é colocado em circunstâncias nas quais um único ato é possível, e ele não pode deixar de resultar, e que nessas mesmas circunstâncias, outro e diferente ato é requerido dele, e que por não levar adiante esse último ato, ele é justamente considerado culpado aos olhos de Deus, e do universo moral?³ Para essas questões qualquer um precisa dar, ou uma resposta afirmativa, ou uma resposta negativa. Se ele der a primeira, ele aceita a doutrina da Necessidade, e deve aceitar essa doutrina com todas as suas consequências. Se ele der a última, ele aceita a doutrina da Liberdade no sentido do termo acima definido. Ele deve aceitar, que em circunstâncias idênticas, nas quais um dado ato da Vontade é realizado, outro e diferente ato poderia ter sido realizado; e que por essa razão, em todos os atos proibidos, um agente moral é justamente considerado responsável se realizar atos diferentes e opostos. A causa da verdade ganha muito, quando, como na presente instância, as diferentes escolas são obrigadas a se juntar diretamente sobre a real questão na diferença entre elas, e sem a possibilidade de mal compreensão ou evasão em relação à natureza dessa questão.

³ Aqui, Mahan se refere à doutrina conhecida como *Calvinismo*, doutrina defendida por João Calvino (1509- 1564), e Jonathan Edwards (1703-1758), dentre outros, que se assemelha em boa medida às ideias sobre a liberdade da vontade humana, defendidas por Agostinho de Tagaste (354-430) (Nota do tradutor).

Definição de motivo

Tendo estabelecido o significado dos termos Liberdade e Necessidade, como designando duas relações distintas e opostas, as únicas relações concebíveis entre um antecedente e seu conseqüente, um outro termo que pode ser usado com não pouca frequência no seguimento desse tratado ainda precisa ser definido, a saber: *motivo*; um termo que designa aquilo que mantém a relação de antecedente com os fenômenos da Vontade. Volição, escolha, preferência, intenção, e todos os fenômenos da Vontade, são considerados como seus conseqüentes. O que quer que seja que dentro da própria mente, pode-se supor, influencie suas determinações, sejam susceptibilidades, propensões, ou qualquer outra coisa; e todas as influências que atuam sobre ela como incentivos de fora, são consideradas como antecedentes. Eu uso o termo motivo como sinônimo de antecedente como acima definido. Ele designa *todas as circunstâncias e influências* de dentro ou de fora da mente, que operam sobre ela para produzir um determinado ato da Vontade.

O termo antecedente, no caso diante de nós, estritamente falando, tem a seguinte diferença de significado do termo motivo como acima definido: o primeiro inclui tudo o que é designado pelo último, juntamente com a *Vontade* em si mesma. Nenhuma dificuldade ou obscuridade, contudo, resultará do uso desses termos como sinônimos, no sentido explicado.

SEÇÃO 2. LIBERDADE, COMO OPOSTA À NECESSIDADE, A CARACTERÍSTICA DA VONTADE.

Nós agora estamos preparados para responder à questão: à qual das relações da vontade acima definidas devemos referir os fenômenos da Vontade? Se estes fenômenos estão sujeitos à lei da necessidade, então, sempre que um antecedente particular (motivo) é dado, somente um conseqüente (ato da vontade) é possível, e tal conseqüente precisa surgir. Não pode ser possível que ele não ocorra. Se, por outro lado, esses fenômenos caem sob a relação de Liberdade, sempre que um motivo particular esteja presente, dois ou mais atos da Vontade são igualmente possíveis; e quando qualquer conseqüente particular (ato da vontade) surgir, qualquer dos outros conseqüentes poderiam ter surgido em seu lugar.

Antes de prosseguir diretamente para a questão diante de nós, uma consideração de natureza geral exige uma ligeira observação. É esta: a simples

declaração da questão, à luz das relações acima, resolve-a, e precisa resolvê-la, no julgamento de todos os pesquisadores da verdade sinceros e não comprometidos. Deixe qualquer indivíduo contemplar a ação de seus poderes voluntários à luz das relações de Liberdade e Necessidade como acima definidas, e ele espontaneamente afirmará o fato, que ele é um agente livre e não um agente necessário, e afirmará isto tão absolutamente como ele afirma sua própria existência. Onde quer que ele esteja, enquanto ele mantém a consciência de ser racional, esta convicção será, e precisa ser, para ele uma realidade onipresente. Para escapar disso, ele precisa transcender os limites da existência consciente.

Objecções à doutrina da Necessidade.

Tal é a importância desse assunto, contudo, que uma consideração mais extensa e particular dele é requerida. No seguimento adicional do argumento sobre o assunto, vamos:

I. Em primeiro lugar, considerar a posição, que os fenômenos da Vontade estão sujeitos à lei de Necessidade. Ao tomar essa posição, nós vamos imediatamente encontrar as seguintes dificuldades palpáveis e insuperável:

1. A convicção acima referida – uma convicção que permanece provada contra todas as aparentes demonstrações contrárias. Podemos empilhar demonstrações sobre demonstrações em favor da doutrina da Necessidade, e ainda assim, como a mente recorre às afirmações espontâneas de sua própria Inteligência, ela encontra, nas profundezas do interior do seu íntimo ser, a maior demonstração do fato, que esta doutrina é e precisa ser falsa – que o homem não é o agente que essa doutrina afirma que ele é. Na passagem já citada, e que tomarei ocasião aqui para repetir, o escritor tem, com correção singular, mapeado a experiência invariável dos leitores de Edwards sobre a Vontade⁴. “Mesmo o leitor,” diz ele, “que é absolutamente pouco familiarizado com essa ciência abstrusa, estará, se ele seguir nosso autor atentamente, continuamente consciente de uma vaga insatisfação, ou suspeita latente, que alguma falácia tenha passado na sequência das proposições, embora a ligação dos silogismos pareça perfeita. Essa suspeita aumentará em força à medida em que ele procede, e irá finalmente se condensar na forma de um protesto contra certas conclusões, não obstante sua aparente conexão

⁴ Mahan se refere a *Freedom of the Will*, de Jonathan Edwards (1703-1758), publicado originalmente em 1754 (Nota do tradutor).

necessária com as premissas”⁵. Qual evidência maior podemos ter de que o tratado dá uma falsa interpretação dos fatos da consciência universal pertencentes à Vontade, que são aqui apresentados? Qualquer teoria que dá uma explicação nítida e verdadeira dos fatos da consciência, será recebida pela Inteligência com a resposta, “essa é a verdade; eu a encontrei”. Qualquer teoria aparentemente apoiada por evidências adequadas, mas que ainda dá uma falsa interpretação de tais fatos, induzirá ao conflito interno acima descrito – um conflito que, conforme a força da aparente demonstração aumenta, irá, no verdadeiro centro da Inteligência, “se condensar na forma de um protesto contra as conclusões apresentadas, não obstante sua aparente conexão necessária com as premissas”. A falsidade da doutrina da Necessidade é uma verdade primeira da Inteligência universal.

2. Se essa doutrina é verdadeira, ela é demonstravelmente tão evidente, que em nenhuma instância, real ou presumível, os homens têm algum poder para querer ou agir diferentemente do que o fazem. A conexão entre as determinações da Vontade e seus consequentes, externos e internos, é absolutamente necessária. Constituído como eu agora sou, se eu quero, por exemplo, uma moção particular de minha mão ou braço, nenhum outro movimento, nessas circunstâncias era possível, e esse movimento não poderia deixar de ser realizado. O mesmo é verdade de todos os consequentes, externos e internos, de todos os atos da Vontade. Vamos supor que estes atos em si mesmos são os consequentes necessários das circunstâncias nas quais são originados. Em que sentido concebível os homens têm, nas circunstâncias nas quais a Providência os coloca, poder seja para querer ou para agir de modo diferente do que eles fazem? A doutrina da habilidade da vontade para querer ou fazer diferente do que fazemos é, em qualquer sentido, falsa, se a doutrina da Necessidade é verdadeira. Os homens, quando transgridem a lei moral, sempre pecam, sem terem a possibilidade de fazer o que é correto. Os Necessitaristas não podem fugir dessa posição.

3. Nesta teoria, apenas Deus é responsável por todas as volições humanas juntamente com seus efeitos. A relação entre todos os antecedentes e seus consequentes foram estabelecidas por ele. Se esta relação é, em todas as instâncias, unicamente necessária, sua Vontade é o único antecedente responsável por todos os consequentes.

4. A ideia de obrigação, de mérito e demérito, e de retribuição e punição adequadas, são quimeras. Conceber um ser como merecedor de

⁵ A citação é de: TAYLOR, Isaac. "Introductory Essay". In: EDWARDS, Jonathan. *An Inquiry into the Modern Prevailing Notions of the Freedom of the Will*. James Duncan: Londres, 1831; seção II, p. XVI. Mahan havia feito a mesma citação no primeiro capítulo de *Doctrine of Will* (Nota do tradutor).

louvor ou censura, por volições ou ações que ocorreram sob circunstâncias nas quais nenhuma outra era possível, e nas quais não seria possível que elas não ocorressem, é absolutamente impossível. Concebê-lo sob a obrigação de ter dado existência, sob tais circunstâncias, a consequentes diferentes, é, igualmente, impossível. Isto é supor um agente sob a obrigação de realizar aquilo que é inadequado até para a Onipotência. A Onipotência não pode realizar impossibilidades. Ela não pode reverter a lei de necessidade. Peça a qualquer indivíduo para conceber criaturas colocadas pela Divina Providência em circunstâncias nas quais, apenas um, ou uma série de atos da Vontade, podem surgir, e estes não podem deixar de surgir – peça-lhe, então, para tentar conceber essas criaturas como estando sob a obrigação, nessas mesmas circunstâncias, de dar existência a atos diferentes e opostos, e como mercedores de punição se não os realizarem. Ele vai constatar a impossibilidade de aprovar tal julgamento assim como ele tem de conceber a aniquilação do espaço, ou conceber um evento sem uma causa. Conceber a necessidade e a obrigação como elementos fundamentais de um mesmo ato é uma absoluta impossibilidade. A Inteligência humana é incapaz de afirmar tais contradições.

5. Como uma consideração adicional, para mostrar a absoluta incompatibilidade da ideia de obrigação moral com a doutrina da Necessidade, permita-me direcionar a atenção do leitor para este fato impressionante. Enquanto nenhum homem, que aceita a doutrina da Liberdade como acima definida, nunca foi conhecido por negar a obrigação moral, tal negação tem sido, sem exceções, em todas as épocas e nações, manifestadamente baseada sob a pressuposição da verdade da doutrina da Necessidade. Em todas as épocas e nações, em toda mente solitária na qual a ideia de obrigação tem sido negada, essa doutrina tem sido o grande sorvedouro no qual essa ideia tem sido tragada e perdida. Como podem os Necessitaristas avaliar tais fatos em consistência com a sua teoria?

6. Os mandamentos de Deus endereçados aos homens enquanto pecadores e que requerem deles, em todos os casos de transgressão da lei moral, escolher e agir diferentemente do que eles fazem, são, se esta doutrina é verdadeira, a perfeição da tirania. Em todos esses casos, requer-se dos homens:

(1.) Realizar impossibilidades absolutas: reverter a lei de necessidade.

(2.) Fazer o que é inadequado até para a Onipotência. A própria Onipotência, como temos visto, não pode contrariar a lei da necessidade. Não apenas isso, mas;

(3.) Em todas as instâncias é requerido dos homens, como uma questão de fato, resistir e superar a Onipotência. Requerer de nós a reversão da

relação estabelecida pela Onipotência, entre antecedentes e consequentes, é, certamente, requerer que resistamos e superemos a Onipotência, e isto na ausência de qualquer poder, mesmo para tentar a realização daquilo que somos requeridos a realizar.

7. Se essa doutrina é verdadeira, no Julgamento final a consciência e a inteligência do universo estarão, e precisam estar, ao lado do condenado. Suponha que quando a conduta do ímpio deva ser revelada naquele Dia, outro fato deva se destacar com igual conspicuidade, a saber, que o próprio Deus tenha colocado esses seres em uma situação na qual apenas um curso de conduta era possível a eles, e eles não poderiam deixar de seguir esse curso, a saber, o curso que eles seguiam, e por seguirem esse curso, o único possível, estão agora para serem “punidos com destruição perpétua da presença de Deus e da glória do seu poder”, não deveria a inteligência do universo pronunciar tal sentença injusta? Tudo isso precisa ser verdade, ou a doutrina da Necessidade é falsa. Quem pode acreditar que os pilares do governo eterno de Deus apoiam-se sobre tal doutrina?

8. Nessa suposição, a provação é um absurdo infinito. Nós podemos com a mesma propriedade representar as amostras em provação no laboratório do químico, como homens, se suas ações são o resultado necessário das circunstâncias nas quais a Onipotência os tem colocado. O que devem os seres inteligentes pensar da provação para um estado de eterna retribuição, provação baseada em tal princípio?

9. A doutrina da necessidade é, em todas as suas particularidades essenciais, idêntica ao *Fatalismo* em sua pior forma. Tudo o que o Fatalismo sempre tem sustentado, ou agora sustenta, é, que os homens, por poderes que eles não podem controlar nem resistir, são colocados em circunstâncias nas quais eles não podem deixar de seguir o curso de conduta que eles realmente estão seguindo. Essa doutrina nunca tem afirmado, no sentido Necessitarista, que os homens não podem “fazer o que lhes satisfaz”. Tudo o que ela sustenta é que, eles só podem se satisfazer com o que eles fazem. Assim, essa doutrina não difere em nenhum “jota ou til”, da doutrina da Necessidade. Ninguém pode mostrar a ausência de uma perfeita identidade entre elas. Fatalistas e Necessitaristas podem diferir no que diz respeito à origem dessa Necessidade. No que concerne à sua natureza, a única coisa substancial no que concerne à presente investigação, eles não diferem em nada.

10. Ao sustentar a Necessidade em todos os atos da Vontade do *homem*, nós devemos sustentar que a Vontade de *Deus* é sujeita a mesma lei. Isso é admitido, universalmente, pelos próprios Necessitaristas. Ora, ao

sustentar a necessidade de todos os atos da Vontade Divina, as seguintes conclusões impõem-se sobre nós:

(1.) Os motivos que necessitam as determinações da Vontade Divina, são as únicas causas originárias e eficientes na existência. Deus não é a causa primeira de nada.

(2.) Devemos atribuir a origem de todas as existências criadas aos motivos, os quais, naturalmente, existem independentemente da Vontade Divina. A glória pela origem de “todas as coisas visíveis e invisíveis⁶” não pertencem a Ele, mas aos motivos.

(3.) Em todos os casos nos quais as criaturas são requeridas a agir diferentemente do que agem, como em todos os atos do pecado, elas são, na verdade, requeridas a resistir e sobrepujar não apenas as determinações onipotentes da Vontade Divina, mas também os *motivos* pelos quais a ação da Vontade de Deus é necessitada. Nós pedimos aos Necessitaristas que encarem essas conseqüências de frente, e então digam, se eles estão preparados para negá-las, ou aceitá-las.

11. Finalmente, se a doutrina sob consideração é verdadeira, em todas as instâncias de transgressão da lei moral, os homens são, na realidade, demandados a produzir um evento que, quando existir, deve existir sem uma causa. Em circunstâncias nas quais apenas um evento é possível, e nas quais ele não pode deixar de existir, se um evento diferente surgir, ele precisaria ser, inevitavelmente, um evento sem uma causa. Requerer tal evento sob tais circunstâncias, é requerer um evento sem uma causa, a mais palpável contradição concebível. É justamente um requerimento como esse que é colocado sobre o homem, em todos os casos de desobediência à lei moral, se a doutrina da Necessidade for verdadeira. Em todos os casos assim, de acordo com essa doutrina, os homens são colocados em circunstâncias nas quais apenas um ato é possível, e este precisa surgir, a saber: o ato de desobediência que é realizado. Se, nessas circunstâncias, um ato de obediência devesse ser realizado, ele precisaria ser um evento sem uma causa, e também em oposição à ação de uma causa necessária. Em circunstâncias como essas, a obediência é requerida, isto é, é requerido das criaturas um ato que, se pudesse ser realizado, seria um evento sem uma causa. Será que um Deus de verdade e justiça alguma vez colocou sobre o homem uma requisição como essa? Como pode, eu

⁶ Alusão a *C/1:16*. Nas citações e alusões a textos da Bíblia Sagrada, feitas por Asa Mahan no presente texto, apresento em notas de rodapé a localização dos mesmos para facilitar o entendimento de leitores pouco familiarizados com os textos daquele livro. Em sua época, Mahan utilizava, acredito, a versão *King James*. Para localizar os textos, utilizei a *Bíblia de Jerusalém*. Cf. *Bíblia Sagrada: Bíblia de Jerusalém*. PAULUS: São Paulo, 2002 (Nota do tradutor).

pergunta, a doutrina da Necessidade se desvencilhar de uma dificuldade como essa?

Doutrina da liberdade – argumento direto

II. Vamos agora, como um segundo argumento geral, considerar a posição de que a Vontade está sujeita em suas determinações à relação de Liberdade, em oposição àquela da Necessidade. Aqui eu devo lembrar que, como os fenômenos da Vontade precisam cair sob uma ou outra dessas relações, e como tem sido mostrado que eles não podem cair sob a da Necessidade, resta somente uma suposição. Eles precisam cair sob a de Liberdade, como oposta à Necessidade. O absurdo intrínseco da suposição que um ser, do qual todas as ações são necessárias, ainda é responsável por tais ações, é suficiente para derrotar a doutrina da Necessidade para sempre. Poucas considerações adicionais são consideradas requisitos, a fim de apresentar a evidência em favor da Liberdade da Vontade.

1. A primeira que eu apresento é esta. Tão logo a doutrina da Liberdade, como acima definida, é distintamente apreendida, ela é espontaneamente reconhecida por todas as mentes, como a verdadeira, e a única exposição verdadeira dos fatos de sua própria consciência concernentes aos fenômenos da Vontade. Essa doutrina é simplesmente um anúncio das afirmações espontâneas da inteligência universal. Essa é a maior evidência possível da verdade da doutrina.

2. A convicção universal da humanidade, é de que seu curso de conduta anterior poderia ter sido diferente do que ele foi. Atrevo-me a afirmar, que não há uma pessoa na terra, que não tenha essa convicção constantemente em sua mente com relação ao passado de sua própria vida. É importante analisar essa convicção, a fim de indicar distintamente suas consequências sobre nossas presentes investigações. Essa convicção não é a crença de que se nossas circunstâncias tivessem sido diferentes, nós teríamos agido diferentemente do que fizemos. Um homem, por exemplo, diz a si mesmo: “em tal momento, e em tais circunstâncias, eu me determinei em direção a um determinado curso de conduta. Eu poderia ter determinado em direção a um curso diferente e oposto. Por que eu não o fiz?” Essas afirmações não estão baseadas sobre a convicção de que em circunstâncias diferentes nós poderíamos ter agido diferentemente. Em todas as afirmações semelhantes a essas não levamos em conta nada mais que as circunstâncias particulares nas quais nossas determinações foram formadas. É exclusivamente em vista dessas circunstâncias, que afirmamos que nossas determinações poderiam ter sido

diferentes do que foram. Faça um apelo a um indivíduo qualquer, cuja mente não esteja no momento sob a influência de alguma determinada teoria da Vontade. Diga que em tal tempo, e sob tais circunstâncias, ele se determinou em direção a um determinado curso, e que ele poderia naquela ocasião ter resolvido em direção a um curso diferente e oposto, e culpa a si mesmo por não ter feito isso. O real significado disso não é: “se as circunstâncias tivessem sido diferentes, eu poderia ter resolvido em direção a um curso diferente?”. Ele responderá não. Não significa isso. Eu não estava, absolutamente, pensando em uma mudança de circunstâncias, quando eu fiz essa afirmação. O que eu quis dizer é que, nas circunstâncias nas quais eu estava, eu poderia ter agido diferentemente do que eu agi. Essa é a razão pela qual eu culpo a mim mesmo por não ter feito isso. A mesma convicção, a saber: que mesmo sem uma mudança de circunstâncias, nosso curso de vida passado poderia ter sido diferente do que ele foi, repousa sobre cada mente na terra na qual a memória do passado está viva. Ora, essa convicção universal é totalmente falsa se a doutrina da Necessidade é verdadeira. A doutrina da Liberdade da Vontade deve ser verdadeira, ou a inteligência universal é uma falsidade perpétua.

3. Em favor da doutrina da Liberdade, meu próximo apelo é ao testemunho da consciência, direto, deliberado e universal. Seu testemunho é dado de três maneiras:

(1.) Na convicção geral acima referida, sem nenhuma mudança de circunstâncias, nosso curso de conduta poderia ter sido o oposto do que foi. Nada além da consciência universal da Liberdade da Vontade pode explicar essa convicção.

(2.) Sempre que um objeto de escolha é submetido à mente, a consciência afirma, direta e positivamente, que, sob circunstâncias idênticas, qualquer de dois ou mais atos da Vontade é igualmente possível. Todo homem em tais circunstâncias tem consciência de tal poder, assim como tem de sua própria existência. Para confirmação dessas afirmações, leve qualquer um a fazer um apelo a sua própria consciência, quando prestes a levar a diante algum ato da Vontade. Ele será tão consciente que uma de duas ou mais determinações são, nas mesmas circunstâncias, igualmente possíveis, quanto ele é de algum estado mental qualquer que seja.

(3.) Em relação a todas as determinações deliberadas da Vontade no tempo passado, a recordação delas é acompanhada da mais positiva consciência que, nas exatas mesmas circunstâncias, determinações precisamente opostas poderiam ter sido originadas. Leve qualquer um a recordar alguma determinação assim, e a consciência de um poder para ter determinado diferentemente será tão distintamente recordada quanto o ato em

si mesmo. Ele não pode estar mais certo de todo o modo como agiu, do que ele estará, de que poderia ter agido (determinado) diferentemente. Se a doutrina da Liberdade não é verdadeira, todas essas afirmações da consciência são falsas.

4. Uma distinção fundamental que toda a humanidade faz entre os fenômenos da Vontade, e aqueles de outras faculdades, a Sensibilidade por exemplo, é a plena confirmação da doutrina da Liberdade, como uma verdade da consciência universal. Suponha que um homem é retirado de uma fornalha acesa com seu sistema físico muito ferido pelo fogo. Como uma consequência, ele subsequentemente experimenta muito sofrimento e inconveniência. Pelos sofrimentos causados a ele pelo fogo, e pela dor subsequentemente experienciada, ele nunca culpa ou reprova a si mesmo. Ele nunca diz, em autorreprovação: por que, ao invés de ficar assim ferido, eu não saí da fornalha como os três ilustres saíram da de Nabucodonosor?⁷ Porque eu, agora, não experimento prazer ao invés de dor como uma consequência das queimaduras? Agora, suponha que sua queda dentro da fornalha foi o resultado de uma determinação formada com o propósito de suicídio. Por essa determinação, e por não ter, nas mesmas circunstâncias, determinado diferentemente, depois ele sempre reprovará a si mesmo como culpado diante de Deus e do homem. Como podemos explicar a ausência de autorreprovação no primeiro caso e sua presença no último? Se um apelo pudesse ser feito ao sujeito, sua resposta estaria pronta. Em relação a lesão e a dor, nas circunstâncias supostas, sua experiência não poderia ser evitada. Tais fenômenos, portanto, nunca podem ser ocasião de autorreprovação. Na condição em que a referida determinação foi formada, uma resolução diferente e oposta poderia ter sido originada. Essa determinação particular, portanto, é a ocasião de autorreprovação. Como poderíamos explicar essa distinção, que toda a humanidade concorda em fazer, entre os fenômenos da Sensibilidade, por um lado, e os da Vontade, por outro? Uma única suposição explica esse fato, a consciência universal de que os primeiros são necessários, e os últimos livres, que nas circunstâncias de sua ocorrência, os primeiros não poderiam ser diferentes do que são, os últimos, sim.

5. Em qualquer outra teoria, que não a da Liberdade, as palavras, obrigação, mérito, demérito etc. são palavras sem significado. Suponhamos que um homem seja colocado pela Providência Divina, em circunstâncias nas quais somente lhe é possível seguir um determinado curso ou, o que é a mesma coisa, efetuar dadas determinações. Quando se diz que, em circunstâncias idênticas a essas, ele deveria seguir um curso diferente e oposto,

⁷ Alusão a *Dn* 3: 26-27 (Nota do tradutor).

ou efetivar determinações diferentes e opostas, que significado concebível poderíamos atribuir a palavra *dever*, aqui? Nas circunstâncias supostas, não existe nada, que a palavra *dever*, ou obrigação, possa representar. Se predicarmos mérito ou demérito de um indivíduo em tais circunstâncias, usamos palavras igualmente sem significado. Obrigação e mérito moral, em tais casos, repousam sobre um “nada imaginário”, sem “um nome ou um endereço”.

Por outro lado, se supormos que o certo e o errado são, em todas as ocasiões igualmente possíveis a um indivíduo, que quando ele escolhe um, ele poderia, em circunstâncias idênticas, escolher o outro, são infinitos os significados adicionados às palavras *dever*, obrigação, mérito e demérito, quando é dito que um indivíduo em tais circunstâncias deveria fazer o que é correto e evitar o errado, e que merece recompensa, ou punição, quando ele faz um, ou não deixa de fazer o outro. As ideias de obrigação, mérito e demérito, recompensa e punição, e provação, com referência a um estado de retribuição moral, são todas quimeras, em qualquer suposição, que não a da Liberdade da Vontade. Todavia, com essa doutrina, todas elas se harmonizam perfeitamente.

6. Todo governo humano, todas as leis, humanas e divinas, se baseiam na doutrina da Liberdade; e são a perfeição da tirania, em qualquer outra suposição. Colocar criaturas em um determinado curso de conduta, e tornar qualquer outro curso impossível, e então requerer delas, sob pesadas sanções, um curso diferente e oposto – se isso não é tirania, o que pode ser?

Objecções contrárias ao apelo à consciência

Uma objeção que é apresentada pelos necessitaristas, como barreira permanente a um apelo à consciência, para determinar se de fato os fenômenos da Vontade caem sob a relação de Liberdade ou Necessidade, demanda uma atenção especial aqui. Alega-se que a Consciência afirma simplesmente, que em dadas circunstâncias, realizamos certos atos da Vontade, mas ela não faz e não pode fazer nenhuma afirmação sobre se, nestas circunstâncias, nós poderíamos ou não poderíamos realizar determinações diferentes e opostas. Consequentemente, não está no domínio da Consciência determinar se os fenômenos da vontade estão sujeitos a relação de Liberdade ou de Necessidade; e é não-filosófico apelar para essa faculdade decidir tal questão. Essa objeção, se válida, torna nulo e vazio muito do que tem sido dito sobre esse assunto; e como ela constitui o sustentáculo dos necessitaristas, precisamos examiná-la com muito cuidado. Em réplica eu digo:

1. Que se esta objeção se sustenta no que diz respeito aos fenômenos da Vontade, ela precisa sustentar-se igualmente em relação aos fenômenos das outras faculdades da Inteligência, por exemplo. Portanto, levaremos a objeção a um teste, aplicando-a a certos fenômenos intelectuais. Tomemos como exemplo, a afirmação universal e necessária, que “é impossível a mesma coisa ser e não ser ao mesmo tempo”. Qualquer um é consciente, em certas circunstâncias, de fazer essa e outras afirmações desse tipo. Agora, se a objeção sob consideração é válida, tudo o que, de fato, podemos ter consciência, é que, sob as circunstâncias supostas, na realidade, fazemos afirmações particulares; enquanto que, em referência à questão, se, nas mesmas circunstâncias, podemos ou não fazer afirmações diferentes e opostas, não podemos ter nenhuma consciência disso. Agora, eu apelo a todo homem, se, quando tem consciência de fazer a afirmação, é impossível a mesma coisa ser e não ser ao mesmo tempo, ele não está, igualmente consciente do fato de que lhe é impossível fazer uma afirmação oposta, qualquer que seja; se quando ele afirma que três e dois são cinco, ele não está consciente de que é impossível para ele afirmar que três e dois são seis? Em outras palavras, quando temos consciência de fazer certas afirmações intelectuais, não somos igualmente conscientes de uma impossibilidade de fazer afirmações diferentes e opostas? Todo homem é tão consciente do fato de que os fenômenos de sua inteligência caem sob a relação de Necessidade, quanto é consciente de fazer outra afirmação, qualquer que seja. Se isso não fosse assim, não poderíamos saber que nos é impossível acreditarmos em contradições percebidas. Tudo o que poderíamos dizer é que, como matéria de fato, não fazemos isso. Mas, se podemos ou não podemos fazer isso, nunca poderíamos saber. Todavia, não sabemos, tão absolutamente quanto sabemos qualquer outra coisa, que *não podemos* afirmar contradições percebidas? Em outras palavras, sabemos e podemos saber, absolutamente, que nossa Inteligência está sujeita à lei de Necessidade. Sabemos com absoluta certeza, pela consciência, que os fenômenos da Inteligência, e posso adicionar, também os da Sensibilidade, caem sob a relação de Necessidade. Porque não podemos saber, com igual certeza, se os fenômenos da Vontade caem ou não sob a relação de Liberdade? O que, então, vem a ser a objeção sob consideração?

2. Mas, enquanto somos conscientes do fato, que o intelecto está sob a lei de Necessidade, somos igualmente conscientes de que a Vontade está sob a lei de Liberdade. Nós fazemos afirmações intelectuais, como, por exemplo, a proposição de que coisas iguais às mesmas coisas são iguais umas às outras; não pode haver um evento sem uma causa etc., com a consciência da impossibilidade de fazermos afirmações diferentes e opostas. Realizamos atos

da Vontade com a consciência igualmente distinta e absoluta, de uma possibilidade de, nas mesmas circunstâncias, realizar determinações diferentes e opostas. Todos os Necessitaristas admitem e afirmam a validade do testemunho da consciência no primeiro caso. Por que deveríamos duvidar ou negá-la no último?

3. A questão, se a Consciência pode ou não pode nos dar apenas fenômenos mentais, mas também as características fundamentais de tais fenômenos, não pode ser determinada por uma teoria pré-formada, em relação ao que a Consciência pode ou não pode afirmar. Se desejarmos saber o que uma testemunha é capaz de testificar, precisamos, não determinar de antemão o que ela pode ou não pode dizer, e então recusar a ouvir qualquer coisa dela, exceto o que esteja em conformidade com tais decisões. Precisamos, primeiro, dar-lhe uma audiência completa e atenta, e então julgar as suas capacidades. Assim é em relação à Consciência. Se quisermos saber o que ela faz ou não, o que ela pode ou não afirmar, precisamos deixá-la dar seu testemunho completo, desembaraçada de qualquer teoria pré-formada. Ora, quando um apelo é feito desse modo, descobrimos que, nas circunstâncias nas quais nós originamos certas determinações, ela afirma distinta e absolutamente, que, em circunstâncias idênticas, poderíamos originar determinações diferentes e opostas. Com toda a certeza, é a partir daquilo que a Consciência afirma, que devemos determinar a esfera de suas afirmações legítimas.

4. A solicitude universal dos Necessitaristas em afastar a questão sob consideração da alçada da Consciência é, de fato, o mais decisivo reconhecimento, de sua parte, que neste tribunal a causa irá contra eles. Suponhamos que todos os homens estivessem conscientes de que sua Vontade está sujeita a lei de Necessidade, como eles são conscientes de que sua Inteligência está. Podemos conceber que os Necessitaristas não seriam tão solícitos para levar a questão diretamente para o tribunal da Consciência, como eles são em afastá-la desse tribunal? Estando todos os homens conscientes que suas Vontades estão sob a lei de Liberdade, como eles estão de que suas outras faculdades estão sob a lei de Necessidade, não é de admirar que os Necessitaristas antecipem a ruína de sua causa, quando a questão é submetida à alçada da Consciência. Não é de admirar que eles tão solenemente protestem contra um apelo a este tribunal. Entretanto, lembro ao leitor que no momento em que a validade das afirmações da Consciência é negada, em relação a qualquer questão da ciência mental, torna-se uma infinita tolice em todos os casos raciocinarmos sobre o seu objeto; uma tolice tão grande quanto seria um filósofo natural raciocinar sobre cores, depois de negar a validade de todas as

afirmações do olho, em relação aos fenômenos sobre os quais ele está raciocinando.

A doutrina da Liberdade defendida a partir da existência da ideia de Liberdade em todas as mentes

III. Apresentarei um terceiro argumento geral em favor da doutrina da Liberdade; um argumento que, para minha mente, é perfeitamente conclusivo, mas que difere um pouco de ambas as formas de argumentação apresentadas acima. Eu defendo a Liberdade da Vontade *a partir da existência da ideia de Liberdade na mente humana, na forma como ela se encontra.*

Se a Vontade não é livre, a ideia de Liberdade é totalmente inaplicável a algum fenômeno da existência, qualquer que seja ele. No entanto, essa ideia existe na mente. A ação da Vontade em conformidade com ela é tão concebível quanto sua ação em conformidade com a ideia de Necessidade. Resta ao Necessitarista explicar a existência dessa ideia na mente humana, em consistência com sua própria teoria. Aqui, as seguintes considerações, mostram-se demandando atenção especial.

1. A ideia de Liberdade, assim como a ideia de Necessidade, é uma ideia *simplex*, e não uma ideia *complexa*. Isto todos admitirão.

2. Ela não pode ter vindo à mente pela observação ou reflexão, porque todos os fenômenos, externos ou internos, todos os objetos de observação e reflexão, conforme a própria doutrina da Necessidade admite, não são livres, mas necessários.

3. Ela não poderia ter se originado, como as ideias *necessárias*, como antecedentes lógicos de verdades dadas pela observação e reflexão. Por exemplo, a ideia de espaço, tempo, substância, e causa, são dados na Inteligência, como os antecedentes lógicos das ideias de corpo, sucessão, fenômeno, e eventos, as quais são, todas, verdades derivadas da observação e reflexão. Agora, a ideia de Liberdade, se a doutrina da Necessidade for verdadeira, não pode ter surgido desse modo porque todos os objetos de observação e reflexão são, de acordo com essa doutrina, necessários e, portanto, seus antecedentes lógicos também precisam ser. Como podemos explicar, em consistência com essa teoria, a existência dessa ideia na mente? Ela não vem da percepção externa, nem interna, nem como antecedente ou consequente lógico de qualquer ideia assim percebida. Agora, se admitirmos a doutrina da Liberdade como uma verdade universal da consciência, podemos dar uma explicação filosófica para a ideia de Liberdade em todas as mentes. Se negarmos essa doutrina, e consequentemente afirmarmos a da Necessidade,

podemos seguramente desafiar qualquer teólogo ou filósofo a dar uma explicação para a existência dessa ideia na mente. Todas as ideias, na mente, vêm, e precisam vir, da observação ou reflexão, ou como os antecedentes ou consequentes lógicos das ideias assim obtidas⁸. Temos aqui um evento sem causa, se a doutrina da Necessidade for verdadeira.

4. Todas as ideias *simples*, com exceção à de Liberdade, têm realidades que correspondem a elas em nós ou ao nosso redor. Se a doutrina da Necessidade é verdadeira, temos uma ideia solitária com essa característica, a de Liberdade, a qual nenhuma realidade corresponde. De onde vem esse intruso solitário na mente humana?

A existência dessa ideia na mente é prova demonstrativa, que a realidade correspondente a ela existe e precisa existir, e como sua realidade não se encontra em nenhum lugar além da Vontade, é nela que precisa ser encontrada. A maior parte dos Necessitaristas são, em filosofia, os discípulos de Locke. Com ele, sustentam que todas as ideias na mente vêm da observação e reflexão. Porém, eles sustentam que existe na mente uma ideia, a de Liberdade, que nunca poderia ter se originado assim; porque, de acordo com essa teoria, nenhum objeto correspondente existe ou pode existir, seja como realidades, seja como objetos de observação ou reflexão. Temos outra vez um evento sem uma causa, se a doutrina da Liberdade não for verdadeira.

5. A relação das ideias de Liberdade e Necessidade com as ideias de obrigação, mérito e demérito etc, são as próximas que demandam nossa atenção. Se a doutrina da Necessidade é verdadeira, a ideia de Liberdade é, como temos visto, uma quimera. A ideia de obrigação não pode ter nenhuma conexão ou aliança com ela; mas precisa apoiar-se exclusivamente sobre a de Necessidade. Agora, como pode ser que nenhum homem que sustente a doutrina da Liberdade jamais tenha negado a ideia de obrigação, ou a ideia de mérito e demérito? Como pode ser que a validade de nenhuma dessas ideias nunca tenha sido negada, em nenhuma época ou nação, exceto sobre a autoridade declarada da doutrina da Necessidade? Os céticos da classe que nega a obrigação moral, são universalmente Necessitaristas declarados. Podemos, seguramente, desafiar o mundo a apresentar uma única exceção a esta afirmação. Podemos desafiar o mundo a apresentar, nos tempos antigos ou modernos, um indivíduo que tenha admitido a doutrina da Liberdade e negado a obrigação moral, ou um indivíduo que tenha negado a obrigação moral baseado em algum outro fundamento além daquele da Necessidade.

⁸ Para saber mais sobre como Mahan concebia *ideias contingentes* e *ideias necessárias*, e como elas são desenvolvidas na razão: cf. MAHAN, Asa. *A System of Intellectual Philosophy*. Richard M. Friedrich: Fenwick, 2005 [1854]; pp. 43-62 (Nota do Tradutor).

Agora, como se pode explicar o fato que as ideias de obrigação, mérito e demérito, sejam atreladas universalmente a uma quimera, a ideia de Liberdade, e isso se apoie nessa hostilidade irreconciliável com a única ideia pela qual, como os Necessitaristas querem que seja, sua validade é afirmada?

6. Finalmente, se a doutrina da Necessidade é verdadeira, os fenômenos da Inteligência, da Sensibilidade, e da Vontade, são dados na consciência igualmente como necessários. A ideia de Liberdade, então, se ela existe na mente, não pode se atrelar apropriadamente a nenhuma dessas classes de fenômenos; e se for de outro modo, ela poderia apropriadamente atrelar-se tanto a uma classe como a outra. Agora, como podemos explicar o fato de que essa ideia sempre se atrele a uma dessas classes de fenômenos, os da Vontade, e nunca a qualquer das outras? Como é que todos os homens concordam em sustentar que, nas circunstâncias de sua ocorrência, os fenômenos da Inteligência e da Sensibilidade não poderiam ser senão aquilo que são, enquanto os da Vontade podem ser diferentes do que eles são? Por que, se essa quimera, a ideia de Liberdade, se atrela a qualquer uma dessas classes, algumas vezes ela não se atrela aos fenômenos da Inteligência ou Sensibilidade, bem como aos da Vontade? Aqui, mais uma vez, temos um evento sem uma causa, uma distinção sem uma diferença, se a doutrina da Necessidade é verdadeira. O fato diante de nós só pode ser explicado com base na suposição que os fenômenos da Inteligência e da Sensibilidade são dados na Consciência como necessários, enquanto os da Vontade são dados como livres.

A doutrina da liberdade, a doutrina da Bíblia

IV. Vamos agora, em quarto lugar, levantar a indagação, uma indagação muito apropriada neste lugar, e que tem uma importante relação com nossas presentes investigações: a doutrina da Vontade, acima estabelecida, é a doutrina pressuposta na Bíblia? As seguintes considerações nos possibilitarão dar uma resposta decisiva a esta indagação.

1. Se a doutrina da Vontade sustentada aqui não é, e consequentemente a da Necessidade é, a doutrina pressuposta nas Escrituras, então temos duas revelações de Deus, a externa e a interna, em palpável contradição uma com a outra. As *obras* de Deus (veja *Romanos*: 1:19,20) são uma revelação real dele assim como a Bíblia, e como são também as afirmações necessárias da nossa Inteligência. Agora, dentro de nosso ser, nas profundezas de nossa Inteligência, o fato perpetuamente revelado e afirmado – um fato do qual não podemos desacreditar, mesmo que desejassemos – é que nós não somos agentes *necessários*, mas *livres*. Suponha que, na revelação

externa, as Escrituras, seja revelado o fato de que *não* somos agentes *livres*, mas agentes *necessários*. O próprio Deus não teria afirmado em uma revelação o que ele tem negado em outra? Para que poderia servir a revelação interna, além de nos tornar necessariamente céticos em relação à revelação externa? Teria o Altíssimo dado duas revelações assim?

2. Nas Escrituras, o homem é apresentado como sujeito, e, é claro, como possuidor daqueles poderes que o tornam o sujeito adequado de comando e proibição, de obrigação, de mérito e demérito, e consequentemente de recompensa e punição. Suponhamos que Deus tenha concedido a um ser uma determinada constituição, e então o colocado em uma condição na qual, em consequência da correlação necessária entre sua constituição e as circunstâncias, apenas uma série de determinações são possíveis a ele, e que essa série não pode senão resultar. Podemos conceber como apropriado ao Altíssimo proibir àquela criatura de seguir o curso que o próprio Deus tornou impossível para ela não seguir, e requerer dela sob pesadas sanções, seguir, sob essas mesmas circunstâncias, um curso diferente e oposto – um curso que o Criador tem tornado impossível a ela seguir? Essa é a filosofia pressuposta na Bíblia? A Bíblia implica um sistema de filosofia mental que torna os termos, obrigação, mérito e demérito, vazios de todo o significado concebível, e que não coloca nenhum outro fundamento para as retribuições morais, a não ser injustiça e tirania?

3. Contemplemos os acontecimentos do Grande Dia revelados nas Escrituras, a luz dessas duas teorias opostas⁹. Suponhamos que, estando os corretos e os malvados em pé diante do Eterno, em distintas e separadas massas, o Altíssimo diga a cada uma dessas classes: “eu mesmo vos coloquei em circunstâncias nas quais nada além da obediência era-vos possível, e não podíeis senão rendê-la; e vós, eu coloquei em uma condição na qual nada a não ser a desobediência era-vos possível, e na qual não vos era possível a não ser perpetrá-la. Em consequência desses caminhos distintos e opostos, cada um dos quais eu mesmo tornei inevitável, *vós* mereceis e recebereis minha eterna aceitação; e *vós outros* abundantemente mereceis e, portanto, sofrereis minha eterna rejeição”. Qual seria a reação de uma assembleia universal reunida para uma divisão baseada em tal princípio? É esse o princípio no qual as decisões daquele dia serão baseadas? Isso precisa ser assim, se a doutrina da Liberdade não é, e a da Necessidade é, a doutrina da Bíblia.

4. Contemplemos agora outra classe de passagens que têm uma pertinência igualmente decisiva sobre nossas presentes investigações. Refiro-me àquela classe na qual Deus expressa o mais profundo desgosto em relação

⁹ Cf. Ap 20:11-15 (Nota do tradutor).

ao caminho que os transgressores têm seguido, e persistem em seguir, e uma insatisfação ainda mais decisiva se eles continuarem nesse curso e perecerem. Ele faz uma afirmação solene de que ele não quer que eles tomem o caminho da desobediência e morram, mas quer que possam seguir um caminho diferente e oposto. Deus não expressa pesar por eles estarem nas *circunstâncias* nas quais estão, mas por eles tomarem, naquelas circunstâncias, a vereda da desobediência, e não a da obediência. Agora, podemos supor – o que precisa ser verdade, se a doutrina da Necessidade é a doutrina pressuposta na Bíblia – que Deus coloca suas criaturas em circunstâncias nas quais a obediência é para elas uma impossibilidade, e nas quais elas não podem senão desobedecer, e então faz uma afirmação solene dizendo que ele não está querendo que desobedeçam e pereçam, “mas que elas possam voltar-se do seu mau caminho e viver?”¹⁰ O que significa a exclamação: “Oh, se tu tivesses dado ouvidos aos meus mandamentos!”¹¹ se o próprio Deus tem tanto condicionado o pecador como tornado a obediência uma impossibilidade para ele? É essa a filosofia da Vontade pressuposta na Bíblia? Por outro lado, quão perfeitamente colocadas estão todas as passagens sob consideração sob a suposição de que a doutrina da Liberdade é a doutrina nela pressuposta, e que, conseqüentemente a obediência que Deus afirma que, Ele mesmo anseia, que os pecadores a rendam, e o seu pesar de que eles não a rendam, é sempre possível para eles! Essa doutrina é um dos pilares do Evangelho. Retire-a da Bíblia e teremos “outro Evangelho”¹².

5. Ainda outra classe de passagens exige atenção especial aqui. Nas Escrituras, o Altíssimo expressa o maior *espanto* que os homens pequem sob as influências as quais ele os tem sujeitado. Ele invoca os céus e a terra para unirem-se a ele em espanto diante da conduta dos homens sob estas influências: “Ouça, oh céus, e ouça, oh terra” exclama ele, “porque o Senhor tem falado; eu tenho nutrido e persuadido filhos, e eles tem se rebelado contra mim”¹³. Agora, suponhamos, como a doutrina da Necessidade afirma, que Deus tem colocado pecadores sob influências sob as quais eles não podem senão pecar. O que precisamos pensar de sua conduta ao invocar o universo a unir-se com ele em espanto, que sob essas influências eles pequem – isto é, tomem o único curso possível a eles, o curso que eles não podem senão tomar? Com a mesma propriedade, ele poderia colocar uma massa de água em um plano inclinado, e então invocar o céu e a terra para unirem-se a ele em

¹⁰ Cf. *Is* 55:7; e *Ez* 18:32 (Nota do tradutor).

¹¹ Cf. *Is* 48:18 (Nota do tradutor).

¹² Alusão a *G*/1:8 (Nota do tradutor).

¹³ Cf. *Is* 1:2 (Nota do tradutor).

espanto pelo escoamento descendente do fluído. É essa a filosofia pressuposta na Bíblia?

SEÇÃO 3. A VISÃO DOS NECESSITARISTAS

Agora estamos preparados para uma consideração de questões diversas que têm uma importante relevância na presente investigação.

A necessidade como é defendida pelos necessitaristas.

I. A primeira questão que se apresenta por si mesma é: os Necessitaristas defendem a doutrina da Necessidade como ela é definida neste capítulo? Eles realmente defendem, em relação a todo ato da Vontade que, nas circunstâncias da sua ocorrência, apenas um ato é possível, e que ele não pode senão ocorrer? É essa, por exemplo, a doutrina de Edwards?¹⁴ Ela é a doutrina realmente defendida por aqueles que professam concordar com ele? Eu argumento que ela é:

1. Porque eles unanimemente repudiam a doutrina da Liberdade conforme definida aqui. Eles devem, portanto, aceitar a da Necessidade; já que uma terceira relação não é concebível ou possível. Se eles negam que um fenômeno da Vontade caia sob uma dessas relações, e ainda chamam a si mesmos de Necessitaristas, aceitam alguma coisa inconcebível, que eles mesmos jamais podem entender nem podem definir, e que não tem nem pode ter uma existência real.

2. Edwards confundiu os fenômenos da Vontade com os da Sensibilidade, os quais são necessários no sentido aqui definido. Ele precisa, portanto, aceitar que as características da última classe fazem parte da primeira.

3. Edwards representou a relação entre motivos e atos da Vontade, como sendo a mesma em *espécie* daquelas que existem entre *causa* e *efeito* entre substâncias materiais externas. A primeira relação ele designou pelas palavras *necessidade moral*; a última pelas palavras *necessidade natural*, *necessidade filosófica*, ou *necessidade física*. Ele mesmo diz, ainda, que a diferença expressa por estas palavras “não está tanto na natureza da *conexão* como nos dois termos *conectados*”¹⁵. Os termos qualificantes usados designam, então, meramente a natureza dos antecedentes e consequentes, enquanto a natureza da conexão entre eles é, em todos os casos, a mesma, a pura necessidade.

¹⁴ Jonathan Edwards (1703-1758) (Nota do Tradutor).

¹⁵ Cf. EDWARDS, Jonathan. *Freedom of the Will*. Dover Publications: New York, 2012 [1754], p. 20 (Nota do Tradutor).

4. O próprio Edwards representou a necessidade moral como sendo tão absoluta quanto a necessidade física ou natural. “A necessidade moral pode ser,” disse ele, “tão absoluta quanto a necessidade natural. Isto é, o efeito pode ser tão perfeitamente conectado com sua causa moral quanto o efeito natural necessário é com sua causa natural”¹⁶.

5. Os Necessitaristas representam a relação entre motivos e atos da Vontade do mesmo modo que a de *causa e efeito*; e por essa razão necessários. “Se”, disse Edwards, “todo ato da Vontade é excitado por algum motivo, então aquele motivo é a *causa* daquele ato da Vontade”. “E se volições são propriamente os efeitos dos seus motivos, então elas estão *necessariamente* conectadas com seus motivos”¹⁷. Ora, como a relação de causa e efeito é necessária, no sentido do termo Necessidade como acima definido, Edwards precisa aceitar, e pretender ensinar que todos os atos da Vontade são necessários nesse sentido.

6. Os necessitaristas representam a conexão entre motivos e atos da Vontade como sendo, em todos os casos, do mesmo tipo que aquela que existe entre volições e ações externas. “Como as ações externas”, disse Day, “são direcionadas pela Vontade, assim a própria Vontade é direcionada pela influência”¹⁸. Ora, todos admitem que a conexão entre as volições e as ações externas é necessária nesse sentido, que quando queremos certa ação ela não pode senão surgir. Nenhum outro ato é, nessas circunstâncias, possível. No mesmo sentido, de acordo com os Necessitaristas, todo ato da Vontade é necessariamente conectado com influências ou motivos. Portanto, não cometemos nenhum erro quando imputamos a eles a doutrina da Necessidade conforme aqui definida. Eles defendem que em todos os casos de pecado, um indivíduo está em circunstâncias nas quais nenhum ato da Vontade é possível, exceto o ato pecaminoso, e ele não pode deixar de realizá-lo; e que nessas mesmas circunstâncias o pecador está sob a obrigação de realizar atos diferentes e opostos.

O termo Certeza, conforme é utilizado pelos necessitaristas

II. Estamos preparados para outra pesquisa importante, a saber: as palavras *certeza*, *certeza moral* etc., conforme usadas pelos Necessitaristas, são

¹⁶ Cf. EDWARDS, Jonathan. *Freedom of the Will*. Dover Publications, Inc. New York, 2012 [1754], p. 19 (Nota do Tradutor).

¹⁷ Cf. EDWARDS, Jonathan. *Freedom of the Will*. Dover Publications, Inc. New York, 2012 [1754], p. 73 (Nota do Tradutor).

¹⁸ Cf. DAY, Jeremiah. *An Examination of President Edwards's Inquiry on the Freedom of the Will*. Smith e Peck: Philadelphia, 1841, p. 125 (Nota do Tradutor).

idênticas em seu significado ao de Necessidade, conforme acima definida? A doutrina da Necessidade jamais seria recebida de modo algum pelo público, mas somente o é, devido à linguagem da qual se apropria, linguagem que impede o público de vê-la como ela é. Em um momento, é chamada Moral, em distinção da necessidade natural. Em outro, é dita ser nada mais que Certeza, ou Certeza Moral etc. Agora surge a questão, o que é essa certeza? Ela é ou ela não é, Necessidade real, e nada mais? Eu argumento o que ela é:

1. É fato, como acima mostrado, que não é possível alguma Certeza que não caia sob a relação de Liberdade, ou de Necessidade como acima definidas. A Certeza dos Necessitaristas, de acordo com sua própria apresentação, não cai sob a primeira relação: ela precisa, portanto, cair sob a última. Precisa ser Necessidade pura, e nada mais.

2. Embora eles tenham definido o termo Necessidade, e não o termo Certeza, usam o último claramente como sinônimo do primeiro. O último, portanto, precisa ser explicado pelo primeiro, e não o primeiro pelo último.

3. A Certeza que defendem é a certeza que claramente exclui a possibilidade de atos da Vontade diferentes e opostos sob as influências, ou motivos, sob os quais atos particulares são realizados. A Certeza sob consideração, portanto, não é uma necessidade de um tipo particular, uma necessidade consistente com a liberdade e a obrigação moral. Ela é a Necessidade acima definida, em todas as suas patentes deformidades.

III. Estamos agora preparados para uma declaração clara da doutrina da Habilidade, de acordo com o esquema Necessitarista. Os Necessitaristas, com bem poucas exceções, admitem, que na ausência total de poder para fazer o certo ou errado, não podemos estar sob a obrigação de fazer um ou evitar outro. “Um homem”, disse Day, “não é responsável por permanecer em seu lugar, se ele não tem poder para mover-se. Ele não é culpável por omitir andar, se ele não tem forças para andar. Ele não está sob a obrigação de fazer alguma coisa para a qual ele não tem o que Edwards chamou de poder *natural*”¹⁹. É muito importante para nós entendermos a *natureza* dessa habilidade que se encontra no fundamento da obrigação moral; entender, eu repito, o que essa habilidade é de acordo com a teoria em consideração. Esta habilidade, de acordo com a doutrina da Liberdade, tem sido bem exposta por Cousin, a saber: “No momento em que tomamos a resolução de realizar uma ação, nós a tomamos com a consciência de sermos capazes de tomar uma resolução

¹⁹ Cf. DAY, Jeremiah. *An Examination of President Edwards's Inquiry on the Freedom of the Will*. Smith e Peck: Philadelphia, 1841, p. 206 (Nota do Tradutor).

contrária”²⁰; e por Dwight que disse sobre o pecado de um homem, que esse é “escolhido por ele, desnecessariamente, *enquanto possuidor de um poder de escolher de outro modo*”²¹. A natureza dessa habilidade, de acordo como o esquema Necessitarista, tem sido apresentada com igual distinção no *Chistian Spectator*. “Se tomarmos esse termo [Habilidade ou Poder] em sentido absoluto, como incluindo *todos* os antecedentes para uma dada volição, claramente não existe tal coisa como um poder para o contrário; nesse sentido do termo”, como afirmou Day, “um homem nunca tem poder para fazer qualquer coisa além daquilo que ele realmente efetua”. “Neste sentido abrangente, embora pouco usual da palavra” diz o Day, “um homem não tem poder de fazer qualquer coisa que ele não faz”²². Os significados das citações acima não podem ser mal compreendidos. Nem pode alguém negar que eles contenham a verdadeira exposição da doutrina da Necessidade, a saber: sob as influências sob as quais os homens querem, e conseqüentemente agem, é absolutamente impossível para eles quererem e agirem diferentemente do que o fazem. Em que sentido, então, eles têm poder para querer e agir diferentemente, de acordo com essa doutrina? Para essa questão, Day tem dado uma correta e definitiva resposta. “O homem que quer de um modo específico, sob a influência de sentimentos específicos, pode querer diferentemente sob uma influência diferente”²³.

Agora, o que é a doutrina da Habilidade, de acordo com esse esquema? Um homem, por exemplo, comete um ato pecaminoso. Ele deveria, em lugar desse ato, ter realizado um ato de obediência. Sem o poder para render obediência, como Day admite, não pode existir obrigação de fazê-lo. Quando o Necessitarista diz que a criatura, quando peca, tem poder para obedecer, ele não quer dizer que a criatura tem poder para obedecer sob influência sob a qual o ato pecaminoso é cometido; mas *que sob uma influência diferente ela poderia obedecer*. Mas note, é sob a mesma influência, sob a qual um homem peca, e sob a qual, de acordo com a doutrina da Necessidade, ele não pode senão pecar, que ele é requerido a não pecar. Agora, como pode a habilidade de um homem, e a obrigação de não pecar sob uma dada influência, surgir do fato que, sob uma influência diferente, uma influência sob a qual ele não pode senão fazer o que é correto, ele poderia não pecar? Essa é toda a

²⁰ Cf. COUSIN, Victor. *Elements of Psychology: Included in a Critical Examination of Locke's Essay*. Cooke and Company: Hartford, 1834, p. 251 (Nota do Tradutor).

²¹ Cf. DWIGHT, Timothy. *Theology: Explained and Defended, in a Series of Sermons*. V. 1. Dwight and Son: New Haven, 1839, p. 414 (Nota do Tradutor).

²² Cf. AN ASSOCIATION OF GENTLEMAN. *The Quarterly Christian Spectator*. V. 10. Hezekiah Howe: New York, 1838, p. 176 (Nota do Tradutor).

²³ Cf. AN ASSOCIATION OF GENTLEMAN. *The Quarterly Christian Spectator*. V. 10. Hezekiah Howe: New York, 1838, p. 180 (Nota do Tradutor).

habilidade e o fundamento da obrigação no que concerne à Habilidade, Habilidade Natural como ela é chamada, que a doutrina da Necessidade admite. Um homem é, por um poder absolutamente irresistível, colocado em circunstâncias nas quais não pode senão pecar. Nessas circunstâncias, é dito que ele tem *capacidade natural* para não pecar, e conseqüentemente deveria não o fazer? Por que? Porque, para que ele aja diferentemente, nenhuma mudança em sua natureza ou poderes é requerida. Esses são “perfeitos e completos, de nada carecendo”. Tudo o que é exigido é, que suas *circunstâncias* sejam mudadas, e então ele poderá não pecar. “Em que sentido”, pergunta Day, “é verdade, que um homem tem o poder de querer o contrário do que ele realmente quer? Ele tem um poder tal que, com uma *indução suficiente*, ele fará uma escolha oposta”²⁴. Essa não é a mais estranha ideia de Habilidade Natural, constituindo o fundamento da obrigação, que a mente humana já concebeu? Exemplificando, vamos supor que um homem, colocado na cidade de Nova York, não pode senão pecar; colocado na cidade de Boston, ele não pode senão ser santo, e que o fato de ele estar em uma ou em outra cidade depende da irresistível providência de Deus. Ele é colocado em Nova York onde ele não pode senão pecar. A ele é dito que ele deve não fazer isso, e que ele é altamente culpado por não ser perfeitamente santo. Também é afirmado que ele tem todos os poderes da agência moral, toda a habilidade que é requisito para assentar o fundamento da mais alta obrigação concebível de ser santo. Qual é a evidência?, ele pergunta. É possível para mim, em minhas presentes circunstâncias, evitar o pecado? Tu sabes que, em minhas presentes circunstâncias, eu não posso. Eu reconheço, diz o Necessitarista, que sob as presentes influências, tu não podes senão pecar e que tu não podes deixar de estar sujeito a essas influências. Ainda assim, eu afirmo, que tu tens todos os poderes da agência moral que a habilidade natural requer para a obediência, e para a mais alta obrigação de obediência concebível. Porque, em primeiro lugar, mesmo em Nova York, tu poderias obedecer, se escolhesses. Tu tens, portanto, o poder *natural*, embora não *moral*, para obedecer. Mas, amigo, pare exatamente aqui. Quando tu dizes que eu poderia obedecer, se eu escolhesse, eu perguntaria, se escolher, no comando “escolha estar vivo,” não é a mesma coisa requerida de mim? Quando, portanto, tu afirmas que eu poderia obedecer, se eu escolhesse, isso não significa, na realidade, que eu poderia escolher, se eu devesse escolher? Tua Habilidade Natural não é que eu poderia

²⁴ Cf. DAY, Jeremiah. *An Inquiry Respecting the Self-determining Power of the Will: Or, Contingent Volition*. Herrick and Noyes: New Haven, 1838, p. 78 (Nota do Tradutor).

obedecer se eu obedecesse?²⁵ Eu não posso negar, replica o Necessitarista, que tu tens apresentado esta doutrina corretamente. No entanto, permita-me prosseguir no argumento. Em segundo lugar, tudo que tu precisas para ser santo como é requerido, é uma mudança, não de teus poderes, mas das *influências* que controlam as *ações* desses poderes. Sem nenhuma mudança em tua constituição ou poderes, tu precisas apenas ser colocado em Boston ao invés de em Nova York, e tu não poderás senão ser santo. Portanto, não é claro como a luz que tu tens agora todos os poderes da agência moral, toda a habilidade que é requisitada para a mais alta obrigação concebível de ser santo ao invés de pecador?

Eu compreendo-te perfeitamente, replica o pecador. Mas lembre-se que não é em Boston, onde, como sabes, eu não posso estar, que sou requerido a não pecar, mas aqui, em Nova York, onde eu não posso deixar de estar, e onde não me é possível não pecar. É aqui, e não em algum outro lugar, que sou requerido a não pecar. Como pode o fato de que se eu estivesse em Boston, onde eu não poderia senão ser santo, podendo não pecar, provar, que aqui, em Nova York, eu tenho alguma habilidade, seja natural, ou moral – estou sob alguma obrigação, qualquer que seja – de não pecar? Essas são as dificuldades que pesam sobre mim. Como tu as remove de acordo com a tua teoria?

Eu não posso dar outra resposta, o Necessitarista replica, do que as que já foram dadas. Se isso não silenciar para sempre toda desculpa para o pecado em sua mente, é totalmente devido a perversidade de teu coração, devido a tua amarga hostilidade à verdade.

Posso seguramente apelar ao próprio Necessitarista, para dizer se eu tenho ou não dado aqui uma exposição não caricaturada de sua teoria.

Inclinações pecaminosas

IV. Quando pressionado por dificuldades tão assombrosas como essas, o Necessitarista recua, em autojustificação, baseado na *razão pela qual* o

²⁵ O que foi dito acima é uma declaração perfeitamente correta da famosa distinção entre habilidade natural e habilidade moral feita pelos Necessitaristas. O pecador está sob a obrigação de fazer o que é correto, dizem eles, porque ele poderia fazer o que lhe é requerido, se escolhesse fazê-lo. Ele tem, portanto, poder *natural*, mas não poder *moral* para obedecer. Mas, a escolha que o pecador carece, a ausência da qual constitui sua incapacidade moral, é o que verdadeiramente é requerido dele. Quando, portanto, o Necessitarista diz, que o pecador está sob a obrigação de obedecer, porque ele poderia obedecer se ele escolhesse fazer isso, o significado real é, que o pecador está sob a obrigação de obedecer, porque se ele pudesse obedecer, ele escolheria obedecer. Em outras palavras ele está sob a obrigação de obediência, porque, se ele obedeceu, ele deveria obedecer (Nota do Autor).

pecador não pode ser santo. A única razão, é dito, pela qual o pecador não faz o que ele deve é, não a falta de poder, mas a força de suas inclinações pecaminosas. Ele pode alegar isso para se desculpar por pecar? De modo nenhum. Assim, eles estabelecem a verdadeira essência da culpa do pecador. Mantenhamos em mente que, de acordo com a doutrina da Necessidade, a conexão entre a natureza, ou constituição da mente do pecador – a natureza que Deus tem dado a ele, e as influências sob as quais ele é colocado pela Divina Providência – é tal que nenhuma inclinação além das referidas é possível a ele, e essas não podem senão existir. Dessas inclinações, não podem deixar de surgir atos da Vontade pecaminosos. Em que ajuda essa dificuldade, no que diz respeito a habilidade e obrigação, no que toca aos pecadores, lançar a culpa dos atos da Vontade sobre inclinações que são necessárias?

A doutrina da liberdade Necessitarista

A verdadeira liberdade da Vontade, de acordo com o esquema Necessitarista, demanda nossa atenção daqui em diante. Todos admitem que a Liberdade é uma condição da obrigação moral. Em que sentido, então, o homem é ou não é livre, de acordo com a doutrina da Necessidade?

“O significado claro e óbvio das palavras Liberdade e livre-arbítrio”, disse Edwards, “é poder, oportunidade, ou prerrogativa que alguém tem para fazer o que lhe apraz. Em outras palavras, é ser livre de impedimento ou interferência no modo de agir ou se conduzir em algum aspecto como ele quer. O contrário de Liberdade, seja qual for o nome pelo qual nos agrada chamá-lo, é uma pessoa ser impedida, ou incapaz de conduzir-se como ela quer, ou ser necessitada a agir de outro modo”²⁶. “De fato, a única ideia que podemos formar de agência-livre, ou liberdade da Vontade”, disse Abercrombie, “é que ela consiste em uma capacidade do homem para fazer o que ele quer, ou abster-se de fazer o que ele não quer. A agência necessária, por outro lado precisa consistir em o homem ser compelido, por uma força exterior, a fazer o que ele não quer, ou impedido de fazer o que ele quer”²⁷.

Com essas definições todos os Necessitaristas concordam. Essa é toda a Liberdade conhecida, ou concebível, de acordo com sua teoria. A Liberdade não consiste no poder de escolher em uma ou em outra de duas direções diferentes e opostas, sob a mesma influência. Ela é encontrada total e

²⁶ Cf. EDWARDS, Jonathan. *Freedom of the Will*. Dover Publications: New York, 2012 [1754], p. 24 (Nota do Tradutor).

²⁷ Cf. ABERCROMBIE, John. *Inquiries Concerning the Intellectual Powers and the Investigation of Truth*. J & J Harper: New York, p. 166 (Nota do Tradutor).

exclusivamente na conexão entre o ato da Vontade, considerado como o antecedente, e a aplicação, externa ou interna, considerada como o consequente. Sobre essa definição eu observo:

1. Que ela apresenta a ideia de Liberdade como distinta da ideia de *Servidão*, ao invés de Liberdade como distinta de Necessidade. Um homem é livre, no primeiro sentido do termo, quando nenhuma restrição externa impede a execução da escolha interior. Porém, isso não tem nada a ver com Liberdade, como distinta de Necessidade.

2. Se este é o único sentido no qual um homem é livre, então, na linguagem de um filósofo muito distinto, “se cortares o dedo mínimo de um homem, por esse meio aniquilas muito de sua agência livre”; porque, nesse caso, reduces muito seu poder para agir como ele escolhe. É essa Liberdade, a única liberdade do homem, uma liberdade que pode ser destruída por correntes, ferrolhos e grades? É essa a Liberdade distinta da Necessidade, a liberdade que estabelece o fundamento da obrigação moral?

3. Se esse é o único sentido no qual o homem é livre, então a terrível Necessidade possui completo domínio da agência humana. Se todos os atos da vontade são os consequentes necessários das influências às quais a mente humana está sujeita no momento, mais ainda precisa existir uma ligação necessária entre todos os atos da Vontade e seus consequentes, externos e internos. Isso tem sido realmente mostrado. A mente, então, com todos os seus atos e estados, existe em uma cadeia de antecedentes e consequentes, causas e efeitos, ligados em todas as partes e departamentos por uma completa necessidade. Essa é toda a Liberdade que essa doutrina reconhece ou admite para nós; a Liberdade de escolher conforme as influências nos compelem a escolher, e ter os atos da Vontade seguidos por certos consequentes necessários, externos ou internos. Nesse esquema, a ideia de Liberdade, que todos admitem existir em algum lugar, ou a obrigação, é uma quimera; essa ideia, eu digo, depois de “vagar por lugares ermos, procurando repouso e não encontrando nenhum”²⁸, é conduzida a um local onde ela encontra sua sepultura, e não uma viva habitação.

4. Para mim, é uma coisa muito estranha que a Liberdade, como fundamento da obrigação moral, possa ser encontrada aqui: porque os atos da Vontade são seguidos por certos consequentes necessários externos e internos correspondentes, consequentemente nós somos obrigados a realizar determinados atos da Vontade, quaisquer que sejam as influências que possam estar agindo sobre nós, por mais que nos seja impossível realizar aqueles atos

²⁸ Alusão a *Mt* 12: 43-44 (Nota do Tradutor).

sob essas influências! Alguma vez um absurdo maior circulou no cérebro de um filósofo ou teólogo?

5. O público é inteiramente enganado por essa definição; e não é por ser enganado quanto ao que a teoria pretende que a admite como verdade? Suponha algum homem, nos caminhos comuns da vida, a quem fosse perguntado o que ele quer dizer, quando diz que pode agir como lhe agrada, agir como escolher etc. Isso expressa o que ele quer dizer? - Quando tu queres andar, ao invés de sentar-se, por exemplo, nenhuma outra volição te é possível no momento, e esta tu precisas realizar, e quando tu tiveres realizado essa volição, não podes senão andar. - Essa é tua ideia, quando dizes que podes agir como te agrada? Ele diria, não. Absolutamente, essa não é a minha ideia. Se isso for verdade, o homem, absolutamente, não é um agente livre. O que os homens, em geral, querem dizer quando dizem que eles podem agir como lhes agrada, e são, portanto, livres, é, que quando eles realizam um determinado ato da Vontade, e por essa razão se comportam de uma determinada maneira, eles poderiam, nas mesmas circunstâncias, realizar determinações diferentes e opostas, e conseqüentemente agir de uma maneira diferente, e até oposta, daquela que agem.

VI. O argumento dos Necessitaristas em relação às *tendências práticas* de sua doutrina requer uma rápida observação. Todos os atos da Vontade, dizem eles, são de fato necessários sob as circunstâncias em que ocorrem; devemos, então, aprender a lição prática de não nos colocarmos nas circunstâncias nas quais seremos passíveis de agir errado. A isto eu replico:

1. Que nas hipóteses diante de nós, estarmos nas circunstâncias que originam uma dada escolha, é tão necessário quanto a escolha em si mesma. Eu estou nessas circunstâncias, ou por uma Providência superior sobre a qual eu não tenho nenhum controle, ou por ações prévias da vontade, tornadas necessárias por essa Providência. Assim, a dificuldade permanece em toda sua força.

2. A solução assume o mesmo princípio negado, isto é, que nosso ser nas circunstâncias que origina atos de escolha particulares, não é um ser necessário. Do contrário, por que dizer que um indivíduo é culpado por estar em tais circunstâncias, e não por ter se colocado nelas?

O fundamento que os Necessitaristas precisam tomar em relação à doutrina da Habilidade

VII. Estamos agora totalmente preparados para expor o fundamento que os Necessitaristas de todas as escolas precisam adotar em relação à

doutrina da Habilidade. Trata-se de negar completamente essa doutrina, usando o fundamento amplo e aberto, de modo que, de acordo com alguma significação apropriada das palavras, seja absolutamente impossível para os homens quererem, e conseqüentemente agirem, diferentemente do que o fazem; que quando eles fazem o que é errado, sempre o fazem com a impossibilidade absoluta de fazerem o que é correto; e que quando eles fazem o que é correto, existe sempre uma igual impossibilidade de fazerem o que é errado. Se os homens não têm poder para *quererem* diferentemente do que querem, é inegavelmente evidente que eles não têm qualquer poder para agir diferentemente: porque existe uma conexão necessária absoluta entre as volições e seus conseqüentes, as ações externas. A doutrina da Necessidade retira totalmente toda a Habilidade de a criatura querer diferentemente do que o faz. Ela, portanto, aniquila sua capacidade de *agir* diferentemente. O que, então, de acordo com a teoria da Necessidade, se torna a doutrina da Habilidade? Ela é aniquilada. É impossível para nós encontrarmos para ela um “nome ou endereço”. Como homens honestos, os Necessitaristas precisam proclamar esse fato. Eles precisam proclamar a doutrina, que, sendo os homens requeridos a serem santos, sob as influências sob as quais eles pecam, e não podem senão pecar (como é verdade de todos os atos pecadores de acordo com sua teoria), Deus requer deles impossibilidades absolutas e então condena-os à perdição por não realizarem tais impossibilidades.

O subterfúgio para o qual os Necessitaristas recorrem aqui, de qualquer modo não os ajudará, a saber: que os homens são culpados por não fazerem o que é correto, porque, eles, poderiam fazê-lo se escolhessem. Querer o que é correto é a coisa, e a única coisa realmente requerida deles. A máxima acima equivale, portanto, como já vimos, a esta: os homens precisam fazer, isto é, querer o que é correto, porque se eles quisessem o que é correto, quereriam o que é correto.

Como a doutrina da Necessidade é considerada por necessitaristas de diferentes escolas

VIII. Duas escolas dividem os defensores da Necessidade. De acordo com uma classe, Deus produz nos homens todas as suas volições e atos, tanto pecaminosos quanto santos, pelo emprego direto de sua própria onipotência. Sem a agência Divina, sustentam eles, os homens são totalmente incapazes de quaisquer volições e ações de qualquer tipo. Com isso, nenhuma dessas pode surgir, a não ser aquelas que Deus produz, e estas não podem deixar de surgir.

Esse é o esquema da Eficiência Divina, conforme defendida por Emmons²⁹, e outros.

De acordo com a outra escola, Deus não produz, em todos os casos, volições e ações por sua própria agência direta, mas criando nas criaturas uma certa natureza ou constituição, e então, sujeitando-as a influências a partir das quais somente as volições e atos específicos que eles realizam podem resultar, e estes precisam resultar. De acordo com uma grande parte dessa escola, Deus, seja por sua própria agência direta, ou mantendo suas leis de geração natural, produz nos homens a natureza peculiar que eles possuem, e então, imputa a eles uma culpa infinita, não somente por sua natureza, mas por seus resultados necessários: sentimentos, volições, e ações pecaminosas.

Tais são esses dois esquemas. Nas duas características seguintes, eles se harmonizam perfeitamente. 1) Todos os atos da Vontade, juntamente com seus efeitos, externos ou internos, nas circunstâncias de sua ocorrência, não podem ser senão o que são. 2) O fundamento dessa necessidade é a agência de Deus, em um caso produzindo esses efeitos direta e imediatamente, e, no outro, produzindo os mesmos resultados, mediatamente, dando existência a uma constituição e influências das quais tais resultados não podem deixar de surgir. Eles diferem apenas em relação ao fundamento *imediato* da necessidade, o poder de Deus; de acordo com o primeiro, produzindo os efeitos imediatamente, e de acordo com o último, indiretamente. De acordo com ambos, todas as nossas ações mantêm a mesma relação essencial com a Vontade Divina, a de Necessidade.

É estranho dizer que, embora essas duas teorias se harmonizem tão perfeitamente, em suas características essenciais, os defensores de uma consideram que a outra envolve os mais monstruosos absurdos concebíveis. Deus produzir, através de energias de sua própria onipotência, volições humanas, e então imputar culpa infinita aos homens pelo que ele mesmo produziu neles, que horrível pensamento é esse, exclamam os defensores da depravação constitucional. Deus criar no homem uma natureza pecaminosa, e então imputar-lhe infinita culpa pelo que ele criou, juntamente com seus inevitáveis resultados, que horrível tirania esse pensamento imputa ao Altíssimo, exclamam, por sua vez, os defensores da eficiência Divina.

O espectador imparcial e descomprometido, por outro lado, percebe muito distintamente exatamente os mesmos absurdos em ambas as teorias. Ele sabe perfeitamente que não pode fazer nenhuma diferença essencial, se Deus produz um resultado diretamente, ou por dar existência a uma constituição e influências a partir das quais ele não pode senão surgir. Se uma teoria envolve

²⁹ Nathaniel Emmons (1745 –1840) (Nota do Tradutor).

injustiça e tirania, a outra precisa envolver o mesmo. Deixe-me acrescentar aqui que, a reprovação com que cada uma das classes acima mencionadas considera os sentimentos da outra, é uma sentença de reprovação lançada (com certeza inconscientemente) sobre a doutrina da Necessidade em si mesma, que é comum a ambas. Pois se esse único elemento é retirado de qualquer uma das teorias, não restará nada que a torne abjeta para alguma mente. É assim que os próprios Necessitaristas, sem exceção, lançam uma sentença de condenação sobre sua própria teoria, por condená-la em todo sistema em que a encontram, exceto em seu próprio. Não há nenhum homem sobre a terra, que não tenha, de uma forma ou de outra, lançado uma sentença de reprovação sobre este sistema. Deixe um homem, qualquer que seja, ponderar sobre alguma teoria que não seja aquela que ele próprio tem adotado, alguma teoria que envolva esse elemento, e ele instantaneamente ater-se-á sobre essa parte essencial, como a característica que vicia toda a teoria, e a torna merecedora de reprovação universal. É assim que a Natureza não sofisticada expressa seu horror universal a um sistema que

“Prendendo a natureza na fatalidade
Escraviza a Vontade humana”

A Natureza não sofisticada tem aversão a essa doutrina infinitamente mais do que ela alguma vez pensou ter aversão a um nada. Uma teoria que a Inteligência universal assim concorda em reprovar, como envolvendo a mais horrível absurdidade e tirania concebíveis, pode ser a verdadeira?

Referências

- ABERCROMBIE, J. *Inquiries Concerning the Intellectual Powers and the Investigation of Truth*. J & J Harper: New York, 1834.
- AN ASSOCIATION OF GENTLEMAN. *The Quarterly Christian Spectator*. V. 10. Hezekiah Howe: Nova York, 1838.
- BÍBLIA SAGRADA: *Bíblia de Jerusalém*. PAULUS: São Paulo, 2002.
- COUSIN, V. *Elements of Psychology: Included in a Critical Examination of Locke's Essay*. Cooke and Company: Hartford, 1834.
- DAY, J. *An Inquiry Respecting the Self-determining Power of the Will: Or, Contingent Volition*. Herrick and Noyes: New Haven, 1838.
- _____. *An Examination of President Edwards's Inquiry on the Freedom of the Will*. Smith e Peck: Philadelphia, 1841.

- DWIGHT, T. *Theology: Explained and Defended, in a Series of Sermons*. V. 1. Dwight and Son: New Haven, 1839.
- EDWARDS, J. *Freedom of the Will*. Dover Publications, Inc.: New York, 2012 [1754].
- MAHAN, A. *Liberty and Necessity*. In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. R. E. Gillet: Oberlin, 1845.
- _____. *Doctrine of the Will*. James M. Fitch: Oberlin, 1847.
- _____. *Science of Moral Philosophy*. James M. Fitch: Oberlin, 1848.
- _____. *A System of Intellectual Philosophy*. Richard M. Friedrich: Fenwick, 2005 [1854].
- _____. *A Obrigação é Predicável Somente da Vontade*. Trad. Silvério Becker. In: *Revista Veritas*, v. 67, n. 1, Porto Alegre, 2022.
- TAYLOR, I. “Introductory Essay”. In: EDWARDS, Jonathan. *An Inquiry into the Modern Prevailing Notions of the Freedom of the Will*. James Duncan. Seção II: Londres, 1831.

Email: silveriobecker@yahoo.com

Recebido: 05/2022

Aprovado: 07/2022